

HISTÓRIA PÚBLICA PARA A PAZ: ENTREVISTA COM CATALINA MUÑOZ

HISTÓRIA PÚBLICA POR LA PAZ: ENTREVISTA CON CATALINA MUÑOZ

<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i2.1395>



Isadora Dutra de Freitas

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-5007-417X>
Email: isadorafre95@gmail.com

Apresentação: A historiadora Catalina Muñoz, professora associada do Departamento de História e Geografia da Universidad de los Andes (Bogotá, Colômbia) e fundadora do projeto "Historias para lo que viene", dedica-se a analisar a aplicabilidade da perspectiva historiográfica em questões relacionadas à justiça de transição. A partir de uma perspectiva de longa duração, investiga os usos do passado e a relação com as demandas do presente. Especialmente no caso da Colômbia, desenvolve projetos com comunidades nas quais realizam produções históricas colaborativas, com o objetivo de promover reflexões em favor da paz e combater a desigualdade social. Nesta entrevista, ela apresenta um panorama de sua trajetória como pesquisadora, aprofunda debates teóricos e comenta os impactos sociais decorrentes de projetos de história pública.

- 1. Você poderia falar um pouco sobre sua experiência? Quando você começou sua pesquisa sobre História Pública e como sua pesquisa anterior influenciou e continua a influenciar seus projetos sobre esse tópico?**

Interessei-me por História Pública muito cedo em minha carreira porque estava muito preocupada em como tornar a pesquisa histórica relevante no mundo de hoje. Desde que terminei minha graduação, comecei a procurar lugares para fazer meu trabalho como historiadora que me permitissem buscar algum impacto. Meu primeiro emprego foi no Museu Nacional da Colômbia como assistente curatorial e o segundo foi como professora. Depois estudei museologia e iniciei imediatamente o doutoramento, o que me trouxe de volta à academia novamente com muita força. Mas, quando terminei meu doutorado, comecei a trabalhar em projetos que envolviam trabalhar com comunidades. Comecei a me voltar para a história oral, primeiro em um projeto sobre a experiência do povo Iku da Sierra Nevada de Santa Marta com a presença missionária ao longo do século XX e depois

investigando as memórias dos habitantes de um bairro operário em processo de gentrificação em Bogotá, buscando esse diálogo entre a história e as necessidades do presente. Portanto, minha ligação com a história pública remonta a um longo caminho. Agora, minha pesquisa de doutorado não foi enquadrada na história pública, mas estava relacionada. Pesquisei a história da política cultural na Colômbia durante os governos liberais de 1930 a 1946. Eu me perguntava o que a política cultural poderia me dizer sobre a formação do Estado e o desenvolvimento histórico da cidadania na Colômbia e entre minhas perguntas estava a dos usos do passado naquele período de redefinição das identidades nacionais.

Concentrei-me em um período que na Colômbia é considerado um dos momentos de maior abertura democrática, e queria saber se as lutas pelo poder em torno da cultura evidenciavam mudanças ou continuidades nas formas de exclusão do Estado-nação. Terminei minha tese de doutorado em 2009 e anos depois, em 2016, quando estava repensando essa tese para transformá-la em um livro, comecei a trabalhar em um projeto de história pública em torno da construção da paz na Colômbia. O tempo em que ele estava trabalhando no manuscrito do livro coincidiu com as negociações de paz entre o governo colombiano e os guerrilheiros das FARC. Junto com um grupo de colegas e estudantes, vimos com preocupação que o debate público sobre os acordos de paz, que também seriam submetidos a um plebiscito, era muito a-histórico: permaneceu em discussões sobre perpetradores e vítimas sem atender às profundas raízes históricas de um conflito que envolve todos nós. Em seguida, formamos o projeto de história pública "Historias para lo que viene" com o objetivo de projetar estratégias para alimentar o debate público sobre a paz a partir da história. Inicialmente, pensei que o livro e o projeto de história pública que estavam se formando em paralelo eram dois processos isolados.

No entanto, quando eu estava terminando o livro, eu o vi: "Estou pensando na mesma coisa em ambos os projetos!" Como disse antes, minha pesquisa indagou sobre a formação do Estado e a historicidade da categoria de cidadania. Uma das minhas constatações foi que, mesmo durante o período de abertura democrática que estudei, a inclusão das classes populares no que se denominava "cultura nacional" se dava por meio de um discurso paternalista e condescendente por parte das elites dominantes. Embora houvesse um reconhecimento e inclusão da chamada "cultura popular", isso andava de mãos dadas com noções homogeneizantes do "povo" como inferior, carente, pobre... Classes trabalhadoras, camponeses, mulheres, afrodescendentes e indígenas foram incluídos não como cidadãos iguais, mas como cidadãos precários que precisavam de uma exaltação que se esperava que a cultura proporcionasse. Como parte da pesquisa para o

livro, comecei a ler etnografias do Estado contemporâneo a partir da antropologia e do direito. Eses trabalhos, que questionavam sobre a formação do Estado desde a última década do século XX até o presente, chegaram a conclusões semelhantes às minhas: em momentos de abertura democrática como a Constituição de 1991 ou os processos de justiça transicional desde 2005, as pessoas tiveram acesso à cidadania desde que se apresentassem como cidadãos precários, necessitados e/ou vítimas. Não considerados iguais. Há uma continuidade aqui e, em última análise, o que tento fazer no meu trabalho sobre história pública é justamente tentar reconfigurar essas relações. Então vi a conexão íntima entre os dois projetos: meu trabalho histórico informa meu trabalho de história pública, seus objetivos e as perguntas que me faço sobre o papel da história na formação de relações sociais excludentes. Meus aprendizados em pesquisas históricas mais convencionais sobre como a desigualdade é moldada e sobre suas histórias de longa duração informam como acho que a história pública pode impactar nossa sociedade hoje.

2. Por que você considera a História Pública tão importante em países com um passado autoritário? Como pode ser útil para lidar com os desafios atuais e as memórias sensíveis?

Acho um erro pensar que a história pública é mais relevante nos casos de passados autoritários. Porque quando pensamos assim, pensamos que o passado doloroso, que o passado difícil, está ligado apenas a esse momento: ao momento do colapso democrático. Isso limita nosso campo de visão e crítica histórica a uma curta temporalidade. Associamos os passados difíceis que devem ser confrontados na história pública com as exclusões e a violência das ditaduras, negligenciando a função desses e de outros autoritarismos anteriores em histórias mais longas do Estado-nação, que foi violento e excludente desde o início. No caso da Colômbia, que parece ser excepcional no contexto de golpes militares na América Latina, o governo democrático recorreu às mesmas estratégias: houve desaparecimentos, torturas e outras formas de repressão, tudo em nome de salvar a democracia da ameaça da esquerda como no Cone Sul. Nossos passados difíceis estão ligados à história de nossas democracias e é uma história que remonta ao século XIX.

Quando concentrarmos nossa atenção e esforços como historiadores públicos em experiências autoritárias recentes, deixamos de lado visões de longo prazo que são fundamentais para o que a crítica histórica pode contribuir. O passado doloroso que carregamos na América Latina, esse passado que continua a doer hoje, não é apenas o passado autoritário. Para as organizações sindicais, assim como para as comunidades indígenas e afrodescendentes, é evidente que a violência do Estado não se limita a períodos

de autoritarismo, mas também ocorreu na democracia. Então, acho que para a História Pública é muito importante não deixar de lado a perspectiva de longo prazo. A crítica que se concentra no autoritarismo deixa o estado liberal moderno intacto. Não podemos esquecer que esse Estado moderno que se diz liberal e democrático, manteve a instituição da escravidão, e não apenas na América Latina. É importante desafiar o mito de que a democracia liberal previne a violência. Nos Estados Unidos, por exemplo, que se apresentou como um bastião da democracia sem um passado autoritário, há fortes demandas por uma História Pública que lide com o difícil passado da escravidão que, como evidenciado, por exemplo, pela violência policial sustentada, não passou. É por isso que acho que a relevância da história pública vai muito além dos passados autoritários: além disso, a história pública dos passados autoritários faria muito uso de ir além deles, indo mais longe porque uma visão de curta duração afeta nossas possibilidades de transformação no futuro. O que precisa ser remediado não está apenas ligado ao autoritarismo; precisamos de mudanças mais profundas. Nossa projeto não deve ser apenas antiautoritário, mas também antirracista, feminista e decolonial.

3. Sua perspectiva histórica sobre a longa duração e como ela interfere no presente é muito interessante. Você poderia falar um pouco mais sobre essa relação entre a História Pública, a Longa Duração e a História do Tempo Presente?

Minha reflexão sobre a relevância de uma visão de longa duração para a história pública está muito ancorada no caso colombiano. Na Colômbia temos um trabalho muito forte de História Pública e, em particular, de trabalhos de memória em torno do conflito armado. No início do século XXI, o governo colombiano reconheceu a responsabilidade do Estado de garantir o direito à verdade das vítimas do conflito. Foi em torno do processo de paz com os grupos paramilitares ocorrido em 2005 que o governo criou o Grupo de Memória Histórica para cumprir o chamado "dever de memória", garantindo assim o direito à verdade. A partir desse órgão, que embora criado por um governo de direita era autônomo, um grupo de cientistas sociais de muito prestígio se dedicou a produzir, preservar e divulgar o que se chamava de "memória histórica" do conflito, colocando no centro as vozes das vítimas. Várias organizações da sociedade civil também se juntaram a esse esforço de memória. Este trabalho foi muito importante porque permitiu, em meio à guerra que não parou, o reconhecimento pela sociedade da violência sofrida.

Com todos os seus méritos, este trabalho também provocou uma série de críticas, algumas delas de organizações de vítimas. Muitos expressaram desconforto por serem representados apenas como vítimas, o que silenciou significativamente as formas de

resistência, a agência política e, em geral, uma maior complexidade de situações. Por sua vez, as comunidades afrodescendentes e indígenas têm chamado a atenção para a necessidade de olhares de longo prazo, apontando que a violência que sofreram não se deve apenas aos atores armados que disputaram seu território nas últimas décadas: as comunidades indígenas apontaram que sua luta por território remonta a séculos e as comunidades afrodescendentes enfatizaram o papel do racismo estrutural. Parte da minha reflexão vem daí. Assim, em conversa com organizações de vítimas, pude refletir sobre a necessidade de uma visão de longo prazo. É um chamado para ir além do chamado para "nunca mais" das violações dos direitos humanos, e também para trabalhar para alcançar uma sociedade mais justa, uma sociedade onde diferentes cidadãos tenham o mesmo valor, porque essas exclusões estão relacionadas a ciclos de violência. Isso requer um olhar para um passado mais profundo.

A periodização adotada pelos cenários de justiça transicional na Colômbia tende a localizar o início do conflito armado no surgimento de guerrilhas revolucionárias na década de 1960. Esta é uma visão de médio prazo. Um olhar mais curto se concentraria na violência iniciada nas últimas décadas do século XX, com a incursão do tráfico de drogas e do paramilitarismo. Mas o que quero enfatizar é que a visão de longo prazo é necessária porque a violência não começa com a guerrilha: estes são um produto de outras violências que vieram de antes e que têm a ver com a expropriação e as diferentes formas de exclusão e precariedade que andaram de mãos dadas com a inserção acelerada da Colômbia no capitalismo mundial. A história da guerrilha das FARC, por exemplo, tem suas origens em um campesinato que desde a década de 1920 lutava pelo direito à terra e ao trabalho para si e não para os outros, e com o tempo, com a repressão, com a falta de caminhos políticos para a transformação, radicalizou-se à esquerda. Se nos concentrarmos em atores armados específicos como os culpados da guerra, acabamos com uma perspectiva muito estreita que não nos permite ver as causas que levaram esses atores a se armar e que levarão outros a repetir esse caminho enquanto as condições não forem transformadas.

Um olhar de longa duração nos permite ver a ligação entre violência, formas repressivas e autoritárias de governo e a expansão do capitalismo. Se deixarmos de fora os elementos estruturais, a guerra é reduzida ao nível dos indivíduos, das vítimas e dos perpetradores, do bem e do mal.

Pensemos no autoritarismo da América Central, do Cone Sul e do Brasil, por exemplo. As ditaduras militares surgiram em defesa dos interesses de grupos do poder econômico e político. Esses interesses econômicos não eram novos: estão ligados à expansão capitalista que se deu em nossa região de forma intensa desde o final do século

XIX. As ditaduras surgiram para defender um modelo econômico que estava sendo desafiado e, quando desceram do poder, não foi porque perderam essa batalha: venceram e deixaram o caminho livre para o neoliberalismo. Na verdade, nossas democracias tiveram elementos autoritários desde o início. O problema mais fundamental está relacionado a um modelo econômico e social, vinculado a um modelo político, é claro. E se não questionarmos as raízes, se não questionarmos as exclusões da democracia liberal – em nome da qual o terrorismo de Estado foi legitimado – os ciclos de violência continuarão a se repetir.

**4. Como se desenvolveu o movimento de História Pública na Colômbia?
Considerando que os países adotaram diferentes perspectivas e ações com base em suas diferentes experiências.**

Na Colômbia, a história pública como área ligada à história como disciplina acadêmica é relativamente recente. Mas, as práticas de história pública têm trajetórias mais longas. Na Colômbia, temos uma tradição nas ciências sociais que remonta às décadas de 1960 e 1970, quando as ciências sociais se consolidaram no país, em uma época em que havia um forte compromisso dos cientistas sociais com a transformação da sociedade. Muitas das figuras importantes das ciências sociais imprimiram um importante caráter público em seu trabalho: suas produções acadêmicas, suas análises da realidade socioeconômica, não eram apenas uma tarefa acadêmica, mas tinham um caráter público e até político. Uma pessoa muito importante, por exemplo, foi Orlando Fals Borda, um dos fundadores da sociologia na Colômbia e proponente da Pesquisa-Ação Participativa, que continua sendo um pilar da forma como eu, e outros historiadores colombianos, praticamos a História Pública. Fals Borda fez, por exemplo, um processo maravilhoso com comunidades campesinas na costa caribenha, pesquisando com elas, não sobre suas histórias. Junto com um grupo de pesquisa composto por especialistas e não especialistas, eles produziram quadrinhos que contavam a história da região em uma época em que as organizações campesinas eram muito fortes, no início dos anos 1970. Então, a prática vem de longe, mas não era chamada de "História Pública".

Por outro lado, na América Latina, temos uma História Pública muito diferente da dos Estados Unidos. Lá se consolida para oferecer aos estudantes de história um caminho profissional diferente: que possam trabalhar fora da academia. Embora existam aqueles, como Denise Meringolo, que argumentaram que também existem outras raízes da história pública, fora da academia, que são mais radicais. Na Colômbia, e acho que podemos dizer em toda a América Latina, a História Pública não surge de preocupações acadêmicas ou de uma necessidade de mão de obra profissional. Surge de nossas próprias realidades, que

nos levam, como pesquisadores, a questionar o papel do conhecimento social na possibilidade de mudar as fortes realidades em que estamos imersos. Também nos perguntamos sobre o papel que o conhecimento desempenhou na criação de desigualdades em nossas sociedades. O que tem sido novo nos últimos anos é o diálogo que vem sendo gerado em nível internacional entre essas práticas e as do campo da chamada "História Pública" no norte global. Tive a oportunidade de começar a participar desses diálogos quando, em 2016, a Federação Internacional de História Pública iria realizar seu terceiro congresso internacional e o diretor da federação, Serge Noiret, conversou com meu reitor sobre fazê-lo em minha instituição: a Universidad de los Andes. Acabei encarregada da organização do congresso e a partir daí comecei a me aproximar do trabalho de colegas de diferentes países, incluindo países da nossa região como Brasil e Chile, de onde surgiram conversas muito inspiradoras. Mesmo em nível nacional e local, o congresso foi uma oportunidade para convidar e compartilhar com pessoas que estavam fazendo um trabalho muito interessante que ativou conexões entre o passado e o presente de museus, de rádios nacionais, de bibliotecas públicas... Inserir-nos nessas redes tem sido importante para a História Pública na Colômbia, não porque a prática não existisse aqui antes, mas porque nos permitiu gerar novos espaços de diálogo. Hoje em dia, nos congressos de história na Colômbia costumam haver mesas sobre história pública, e há grupos muito bem consolidados em várias universidades pensando e fazendo história pública, e formando estudantes.

5. Você foi a criadora do projeto "Histórias para o que está por vir". Gostaria de perguntar sobre o desenvolvimento do projeto: como surgiu a ideia? Quais foram os maiores desafios durante sua realização? E quais são os impactos na vida das pessoas que participaram e da comunidade em geral?

A ideia de "Historias para lo que viene" surgiu na época do plebiscito para os acordos de paz assinados entre o governo e os guerrilheiros das FARC em 2016. Vivemos um momento histórico muito importante porque, além de concordar com a desmobilização das FARC, os diálogos que duraram mais de quatro anos em Havana formularam uma proposta sólida de transformação estrutural para acabar com o conflito. Os acordos cobriram pontos chave da visão de longo prazo, como o problema fundiário que torna a Colômbia um dos países mais desiguais do mundo. Outro ponto foi a necessidade de aprofundar a participação política. Não pode haver paz se as pessoas que mais sofreram com o conflito armado, se as pessoas que mais sofrem com essas desigualdades, não tiverem acesso a órgãos de decisão política. Também foi discutido o problema do

narcotráfico, que é fundamental na Colômbia porque, enquanto houver tráfico de drogas, haverá grupos armados.

No plebiscito, os colombianos votariam se concordávamos ou não com essas propostas de mudança, não apenas com a desmobilização das FARC. Os acordos propunham uma forma de justiça restaurativa contra grupos armados e incluíam não apenas as FARC, mas outros perpetradores. Este foi o ponto de maior desacordo: para muitos colombianos era inaceitável que aqueles que causaram tanto sofrimento não fossem punidos criminalmente, com prisão, mas que uma abordagem restaurativa da justiça fosse privilegiada. E, muito importante, os acordos também incluíam que ex-combatentes poderiam participar da política. Muitas pessoas ficaram terrivelmente chateadas com isso: "Como seriam congressistas depois do que fizeram?"

Então, de onde veio a "Historias para lo que viene"? Na universidade, nas aulas com nossos alunos, os acordos eram um tema constante de conversa. Formamos um grupo de professores e alunos preocupados com o fato de o debate público estar sendo muito ahistórico. As pessoas pensavam seu voto a partir de perspectivas conjunturais, esperando por soluções imediatas, enquanto nós, a partir de uma perspectiva histórica, víamos que o desafio da transformação para a não repetição era imenso. Se o debate público foi tão pobre historicamente, isso nos disse como nossos debates acadêmicos e interpretações rigorosas do conflito armado permaneceram na academia. No espírito de compartilhar nossa visão com setores mais amplos, e com um grande senso de urgência à medida que o plebiscito se aproxima, nos propusemos a fazer vídeos curtos que explicassem os diferentes pontos dos acordos de paz e sua relevância para um público amplo. Fizemos entrevistas com especialistas e estudantes de arte, produzimos ilustrações para montar vídeos. Divulgamos os vídeos nas redes sociais.

Outra coisa que fizemos foi um programa chamado "Clase en la calle". Levamos nossas aulas para o espaço público, montando um programa constante e anunciando-o nas redes. Tivemos aulas na Praça Central de Bogotá, em frente ao Museu Nacional, em frente à Biblioteca Luis Ángel Arango, entre outros lugares muito movimentados. Esse foi o surgimento de "Historias para lo que viene". Juntos, três professores (Ana María Otero, Constanza Castro e eu) e um grupo incrível de alunos, nos propusemos a projetar estratégias para alimentar o debate público sobre a paz a partir de uma perspectiva histórica que nos parecia – e ainda parece – fundamental. Também convidamos pessoas da universidade pública. Convidámos Paolo Vignolo, da Universidade Nacional, e vários dos seus alunos que também quiseram participar. O nome do canteiro, "Historias para lo que viene", refere-se precisamente àquela intenção que nos convocou: apelar para o fato

de que as histórias que contamos a nós mesmos são uma peça-chave para moldar o futuro com o qual sonhamos.

No plebiscito, aqueles que se opuseram aos acordos venceram. Foi um golpe muito duro. Mas pensamos: "bem, isso não pode nos impedir. Pelo contrário, este trabalho é de longo prazo." Nós, como historiadores, sabemos que a mudança não acontece de um dia para o outro, temos que mudar as formas de nos narrar, as formas de pensar o nosso passado e o nosso presente se quisermos modificar as estruturas ao longo do tempo. A professora Constanza Castro liderou uma iniciativa muito bonita chamada "Historia entre todos", que foi uma série de oficinas de história em aliança com as bibliotecas públicas de Bogotá. Nas tardes de sábado, os habitantes de um bairro eram convocados para ir à biblioteca, a uma oficina de história. E Constanza, junto com um grupo de alunos brilhantes, projetou pedagogias não para ensinar história, mas para gerar conversas sobre os desafios de hoje a partir da história e de fontes primárias. Eles trabalharam em uma "pedagogia para a paz" por vários anos e continuam a promover iniciativas dessa maneira. Ana María Otero continuou com a programação de Clase a la Calle e durante a pandemia ela transformou em uma série de podcasts: Clase a la Casa. De minha parte, iniciei um programa que continuo liderando hoje na produção de histórias colaborativas com comunidades. Isso veio um pouco dos vídeos, é claro que os vídeos eram com acadêmicos. O que estou fazendo hoje é produzir narrativas em formato podcast e rádio com comunidades que foram vitimadas no contexto do conflito. O que procuro é fazer parceria com eles como coautores para aprender e propor com eles outras formas de investigar e contar as histórias da Colômbia de forma que contribuam para a reparação.

Os desafios que enfrentamos são vários. Primeiro, que a forma como nos propusemos a praticar e produzir "histórias para o que está por vir" nem sempre cabe na Academia. Enfrentamos esse desafio e acredito que alcançamos transformações valiosas. Conseguimos, por exemplo, que nossas propostas fossem reconhecidas como produtos acadêmicos: argumentamos que, embora não estejam nos formatos tradicionais de livros e artigos, o que fazemos é um conhecimento novo que propõe reflexões historiográficas e se baseia no uso de metodologias coerentes. É até mesmo um trabalho que implica uma reflexão epistemológica sobre a própria história.

Outro desafio é que essas diferentes maneiras de fazer história nos colocam em um lugar de experimentação às vezes desconfortável e desconhecido. Quando se trata de escrever um artigo para uma revista indexada, de fazer uma pesquisa tradicional em história, eu sei como fazer isso: foi o que eu me formei para fazer na graduação e na pós-graduação. Mas, esse tipo de trabalho é muito diferente. Envolve "pular na água" e isso

pode ser difícil às vezes, porque é muito experimental, mas também é muito emocionante. Você não sabe se vai dar certo ou mal, você não sabe como fazer, você está aprendendo ao longo do caminho. Implica refazer-nos. Por exemplo, quando faço pesquisa histórica, sou o pesquisador principal, defino a questão de pesquisa, a historiografia com a qual vou dialogar, a metodologia, a estrutura narrativa. Quando lidero um projeto como o podcast, meu papel não é apenas pesquisa histórica, mas também produtor geral. Produzir um podcast, e ainda mais quando é feito de forma colaborativa com membros de uma comunidade, envolve dominar habilidades que não aprendi quando estudei história, desde a busca de financiamento, até a coordenação de diferentes processos que devem ocorrer em paralelo, para repensar o que consideramos histórico e por que fazer história a partir das perspectivas de nossos colaboradores. Aprendi em meu treinamento a trabalhar sozinha. Esse trabalho de produtor geral envolve trabalhar com o roteirista, com o compositor da música, com a comunidade fazendo as histórias orais, com o artista que gera as ilustrações, com o engenheiro que faz a mixagem do som, com o financiador, com os meios para divulgá-lo. Também produzimos material pedagógico, então também trabalhei com professores. Foi algo muito diferente do que aprendi como historiadora.

É importante destacar que esse desafio de enfrentar o que não sabemos fazer e repensar as possibilidades de nossa profissão, tem sido avassalador e até aterrorizante às vezes, mas também tem sido muito gratificante. Muitas vezes me senti muito insegura por não saber o que estava fazendo. Mas, também aprendi com o prazer de experimentar, de desafiar as formas. Eu uso o que aprendi em minha formação acadêmica e, claro, honro e valorizo isso. Mas também o redefini de várias maneiras. O desafio de fazer uma história reparadora passa por repensar a história, fazer história de uma forma diferente. Isso é um desafio, porque isso deve ser feito ao mesmo tempo em que se faz uma reflexão epistemológica permanente. As disciplinas nos ensinam a ser disciplinados, e isso para mim tem sido um processo de como aprender a usar essa disciplina de uma maneira mais indisciplinada. Há alguns para quem isso é fácil. Para mim, tem sido um desafio; até mesmo terapia.

Existem muitos níveis para os impactos. Vamos começar com os alunos que passaram pelo seminário. Alguns dos alunos que começaram conosco em 2016 trabalham em arquivos, nos aparelhos de memória do Estado, na justiça de transição. Eles levaram seus interesses e experiências para esses lugares, onde aprenderam ainda mais. Adoro convidá-los para a aula agora, para compartilhar sua experiência com os alunos de hoje. Eu até vinculei alguns a projetos atuais, porque a experiência que eles adquiriram nutre o trabalho colaborativo. Por exemplo, no projeto de podcast que estamos iniciando agora,

queremos incluir a criação de um arquivo comunitário. Não sei nada sobre isso, mas um dos alunos que fazia parte do grupo inicial de "Histórias para o que está por vir", mais tarde trabalhou no arquivo da Comissão da Verdade. Outro aluno tem trabalhado com arquivos de direitos humanos do Arquivo de Bogotá. Agora eu ligo para eles para pedir conselhos. Esse é um impacto que considero maravilhoso.

*Há um impacto em mim; hoje sou uma pessoa diferente. Não quero mais trabalhar sozinha, trancada. Isso me nutre para trabalhar com outras pessoas e não apenas como pesquisadora, mas como pessoa. Aprendi com comunidades que me convidam a entender por que para elas, quando pergunto sobre história, me remetem ao rio e às árvores. Assim como compartilhar com eles transformou minha perspectiva, também houve um impacto nas próprias comunidades. As lideranças sociais afro-colombianas da região do Chocó, junto com as quais produzimos o podcast *Nuestra Orilla*, agora continuam produzindo narrativas em diferentes formatos, incluindo o podcast, sobre seu território. Além disso, eles fundaram uma escola de comunicação e liderança para jovens em sua região, para promover novas lideranças. Então, essa é outra maneira de ver coisas novas florescendo em nosso trabalho.*

6. O número de projetos de História Pública em diferentes mídias, como podcasts, documentários e exposições, aumentou. Como você avalia esse processo hoje? Principalmente o estabelecimento de relações mais democráticas na produção e disseminação do conhecimento.

Sim, se espalhou muito. Na Colômbia, a História Pública estava muito focada em arquivos e museus. Agora os lugares e os meios de comunicação se expandiram muito e, talvez mais importante, nos concentrarmos muito na necessidade de ir além da divulgação e questionar a academia como o único centro de conhecimento. Estamos pensando em como desafiar as desigualdades de nossa sociedade a partir da narrativa histórica e propor formas mais democráticas de conhecimento. A história pública está apresentando um desafio muito forte à história mais convencional, aquela mais ancorada no disciplinar e acadêmico, que insiste que o rigor está apenas em nossa proximidade com as fontes, uma história ainda muito objetivista e muito inserida no século XIX e nas noções lineares de progresso. Acho que a História Pública o está desafiando de várias maneiras.

Não se trata de jogar fora as lições aprendidas com a história acadêmica, ou de rejeitar nossa própria história, por que quem pode se desfazer de seu passado? Mas trata-se de nos perguntarmos como nos empoderamos, quando nos abrimos para outras formas de fazer as coisas e expandimos os limites do que nos parecia possível. Aqui é muito

importante o que podemos aprender com os movimentos sociais, que há muito tempo pensam na mudança histórica de forma mais orgânica.

Recebido em 19 de setembro de 2024

Aceito em 07 de outubro de 2024